

ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Casa Epitácio Pessoa

GABINETE DO DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA

REQUERIMENTO Nº 8.778 /2020.

Senhor Presidente,

REQUEIRO, a Vossa Excelência, na forma do art. 117, inciso XVIII do Regimento Interno da Casa (Resolução nº 1.578/2012 e suas alterações), após ouvido o Plenário, que seja registrado nos anais desta Casa Legislativa, "Voto de Aplausos" ao Excelentíssimo senhor André Mendonça, profissional de carreira da Advocacia-Geral da União, em razão da sua nomeação para o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública.

REQUEIRO, AINDA, que desta manifestação "dê-se ciência" ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, no endereço funcional: Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T, Edifício sede. CEP: 70064-900 / Brasília-DF.

JUSTIFICATIVA

Solicito aos excelentíssimos parlamentares desta egrégia Casa Legislativa que aprovem este requerimento de "voto de aplauso", como forma de congratular, ao excelentíssimo senhor André Mendonça, profissional de carreira da Advocacia-Geral da União, em razão da sua nomeação pelo Presidente da República para Ministro da Justiça e Segurança Pública, o qual passo a descrever sua trajetória.

O Advogado André Mendonça, 46 anos, tem uma longa carreira como servidor público. Mendonça foi o Advogado-Geral da União desde o início do governo Jair Bolsonaro, cargo com status de ministro. Ele assumiu o posto máximo da Advocacia-



FSTADO DA PARAÍRA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Casa Epitácio Pessoa

GABINETE DO DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA

Geral da União (AGU) após 20 anos de carreira no próprio órgão. Como Advogado-Geral, foi defensor do Governo Federal nas principais ações em que a União é parte no STF ano passado. Fez dez sustentações orais na Corte entre janeiro de 2019 e março de 2020.

Ingressou no serviço público em 2000, tendo exercido os cargos de Corregedor-Geral da Advocacia da União e de diretor de Patrimônio e Probidade, dentre outros. Recentemente, na Controladoria-Geral da União (CGU), como assessor especial do ministro, coordenou equipes de negociação de acordos de leniência celebrados pela União e empresas privadas.

No comando da AGU, foi responsável por alterar o entendimento da instituição para defender, no STF, a constitucionalidade da prisão a partir de condenação em segunda instância. Foi também sob sua gestão que a AGU assegurou, em 2019, a recuperação de R\$ 7,5 bilhões para os cofres públicos por meio de acordos de leniência com empresas envolvidas em irregularidades.

Portanto, como reconhecimento aos seus relevantes serviços e nomeação ao cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública, vejo como merecido este honroso Voto de Aplauso por parte desta Casa Legislativa.

Plenário José Mariz, 08 de maio de 2020.